

REUNIÃO DO COMITÊ PERMANENTE DA EQUIDADE

ATA DE REUNIÃO

Data: 02.06.2017

Local: Sala 307-A do Prédio Sede

Presenças: **Integrantes do Comitê:** Juízas Gabriela Lenz de Lacerda (Coordenadora), Luciana Böhn Stanke (representando os magistrados) e Lúcia Rodrigues de Matos (representando a Amatra IV); e os servidores Bárbara Burgardt Casaletti (representando a DG), Mariana Merolillo Marimon (representando a Ouvidoria), Juliano Machado dos Santos (representando os servidores com deficiência), Alessandra Pereira de Andrade (representando as servidoras mulheres), Eliane Margarete da Silva Abreu (representando os servidores negros), Roseli Coelho Fossari (representante dos servidores LGBTI) e Alessandra Barreto Krause (representando o SINTRAJUFE).

Convidadas: Juíza aposentada Andréa Saint Pastous Nocchi e servidoras Ana Naiara Malavolta, Kátia Viegas, Anita Cristina de Jesus e Michele Gomes da Rosa.

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 14h30min – 17h05min

A Juíza Gabriela abriu a reunião pedindo que todos fizessem uma breve apresentação, iniciando por ela própria. Após, cada um dos membros do Comitê relatou por que meio passaram a integrá-lo, suas experiências e expectativas com o trabalho que se inicia. As convidadas Naiara e Kátia também se apresentaram. A seguir, a Juíza Gabriela destacou o grande apoio que a atual Administração deu à ideia de se trabalhar a equidade, assinalando que um Comitê com esse tema não poderia ter surgido em outro momento. Destacou que o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é conhecido por ser progressista, mas que internamente tem problemas relacionados a diferenças de gênero e raça. Expressou o desejo que assuntos e projetos surjam a partir das ideias do grupo, numa relação horizontal. A seguir, Naiara relatou como surgiu o projeto de equidade, desde sua propositura para a atual Administração até a criação do Comitê. Destacou que duas propostas anteriores, em outras administrações, foram rejeitadas, mas dessa vez a ideia foi imediatamente compreendida e encampada tanto pela Presidente Beatriz quanto pela Juíza Andréa. Salientou que a participação da Kátia e da Bárbara na reunião de hoje evidencia a importância que a Administração tem dado ao projeto e seu empenho nesse sentido. Descreveu em que consis-

te o projeto de equidade de gênero e raça, apontando receber denúncias toda semana envolvendo, sobretudo, violência contra a mulher, gravidez não desejada e conflitos LGBT. Narrou que, ao rever suas atividades de 2015, percebeu ter atendido dez casos de pessoas do Tribunal ou de seus familiares sofrendo algum tipo de agressão. Exemplificou com o tratamento que servidores e, em especial, estagiários por vezes recebem no balcão de atendimento das varas. Salientou a ausência de projetos para a parte interna no Judiciário brasileiro, que precisa começar a pensar em si mesmo e identificar que também somos vítimas de violência e precisamos de apoio para reagir a ela. Relembrou a existência do projeto Pró Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal, criado no período Lula-Dilma, mas praticamente descontinuado na atual gestão. Informou que, com o projeto, apuraram haver oito canais para que episódios de violência fossem denunciados no âmbito do Tribunal, mas que não havia qualquer política ou definição sobre como tratar tais denúncias, as quais acabavam à mercê de apreciação da Presidência, sem critérios definidos. Relatou já existir um projeto de capacitação em preparo a fim de instruir pessoas do próprio Tribunal sobre por exemplo, a linguagem a ser usada no tocante à equidade de gênero e raça. Informou que o projeto de equidade no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem duração delimitada de 24 meses, encerrando-se em março de 2018, mas que pode ser renovado, o que depende da próxima Administração. Esclareceu que o atual comitê tem um mandato curto, de menos de um ano, cabendo à próxima Administração fazer uma nova eleição no ano que vem. Mencionou o plano de formação continuada nos temas de equidade de gênero e lembrou que o Encontro de Gestores tem um módulo de direitos humanos e equidade na qualificação. Disse que o Comitê tem liberdade para inclusive modificar sua política e propor alterações à Presidência, além de qualquer servidor ter liberdade para propor ações ou apontar que as políticas não estão sendo implementadas. Destacou o surgimento de um núcleo LGBT no Tribunal, algo que ela própria já tentara várias vezes sem sucesso porque ninguém tinha coragem de se colocar como LGBT. Agora, porém, o núcleo foi formado, o que representa uma notável conquista. Apontou também que um núcleo de pessoas negras que está se formando no Tribunal, outra iniciativa muito importante. Salientou, por fim, que existe legislação a favor da equidade e dos direitos humanos, mas que não existe aplicabilidade. A Juíza Andréa destacou novamente a participação fundamental da Naiara em toda essa transformação e o apoio da Presidente Beatriz, sendo que o Comitê de Equidade representa o primeiro grupo que surge sem ser por determinação de Brasília ou da Administração local, referindo que o Comitê, embora tenha sido criado por medida da Administração, surgiu por iniciativa de baixo para cima. Comentou a oportunidade que teve de assistir o sociólogo português Boaventura de Souza Santos interagindo com o artista de hip hop Rafa da Rafoagi. Apontou iniciativas e cuida-

dos a tomar para que se consolide uma política de equidade, tanto no sentido de construir quanto no sentido de cobrar. Destacou que há ciclos, às vezes o cenário não é tão favorável, mas o importante é que o comitê acredite no seu potencial e mantenha sua atividade. Ponderou que, mesmo havendo o crivo de uma Administração, é difícil desacreditar um comitê tão representativo, que é preciso uma razão sólida para que algo proposto por um comitê desse tipo não tenha acolhimento. Lamentou não poder acompanhar o trabalho, mas tem convicção que dará muitos frutos e que será bem conduzido. A Juíza Andréa destacou ter certeza que SEGESP e EJ, nas capacitações, e a Ouvidoria, nos pedidos que recebe, estão todos prestando atenção no tema equidade. Mencionou a política dos contratos, que foi bem recebida, e a questão da acessibilidade. Mariana comentou que as pessoas não sabem que podem reclamar, que têm direito e meios para reclamar, por isso é necessário campanhas. A Juíza Andréa falou que o Comitê deve esperar críticas, muitas vezes injustas, porque seu trabalho está ligado a uma nova cultura. Usou como exemplo uma crítica ao projeto *De bike para o trabalho* em que o servidor foi convidado a contribuir e não quis. Anita enfatizou a existência de críticas e deu como exemplo reclamação sobre a distribuição de mudas, que será repetida nos próximos dias. Naiara lembrou que mudar cultura acarreta muito mais crítica do que elogio e o Comitê deve estar pronto para isso. A Juíza Andréa fala sobre se doar, estar presente na vida das pessoas, citando que “não há substituto para a ação” e destacando iniciativa feitas no ano passado sem recursos mas com êxito pela união de todos. Sugeriu para SEGESP que as comissões de Acessibilidade e Direitos Humanos também recebam capacitação. A Juíza Gabriela falou sobre compartilhar o conhecimento e pergunta quais as ideias sobre capacitação. Naiara descreveu uma formação inicial básica para o próprio comitê, com entidade de fora do tribunal, através de módulos simples e convidando algumas áreas. Sugeriu começar com a questão da linguagem e lembrou que será uma sugestão do *Projeto* de Equidade para o *Comitê* da Equidade. Descreveu a pesquisa em elaboração com PUC e UFRGS sobre percepção de violência. A Juíza Gabriela comentou que há uma pesquisa sendo feita por alguém da Unisinos no mesmo sentido. Naiara informou que espera ter a pesquisa feita e os dados publicados até o final do ano, comentando aspectos técnicos do trabalho. Informou ainda que será feito cadastramento dos servidores, com identificação de etnia e gênero. Roseli perguntou o que aconteceria se houver pouca participação, A Juíza Andréa disse que a pesquisa é uma ação institucional, que a Administração deve se engajar para que haja a maior participação possível. Naiara esclareceu que a participação, em média, não passa de 35% e que a amostragem será estudada por técnicas de estatística para chegar a resultados consistentes. Roseli sugeriu que as chefias estimulem o preenchimento da pesquisa. Por sugestão da Juíza Andréa, o grupo concordou em enviar e-mail para

todos magistrados e servidores apresentando o Comitê e pedindo sugestões, além de solicitar à Secom para fazer uma matéria temática a cada 3 ou 4 meses para manter o assunto equidade vivo. Naiara falou que o debate tem que ser estimulado senão morre, argumentando sobre o fato de haver apenas uma pessoa negra no comitê e na reunião, o que seria indicativo do racismo disseminado. Pediu que Eliane se engaje para criar o coletivo de pessoas negras. Os presentes teceram críticas ao patriarcado e às distorções sociais existentes, enfatizando a falta de participação dos homens em eventos que tratam dos assuntos de equidade. Naiara destacou que as bases devem fomentar debate, não bastando o apoio da instituição. O grupo comentou também sobre o papel da Ouvidoria em receber denúncias e reclamações, tendo Mariana relatado uma consulta recebida pelo setor. Por fim, a Juíza Gabriela sintetizou os encaminhamentos a serem procedidos: **(1)** verificar com a SEGESP como está plano de formação; **(2)** enviar e-mail em nome do Comitê pedindo sugestões de temas; **(3)** as reuniões serão na tarde de sextas-feiras; **(4)** além da ata, será elaborado um resumo da reunião para facilitar o acompanhamento. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.

Agenda: próxima reunião não agendada.